

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA AMPLIADA REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2025

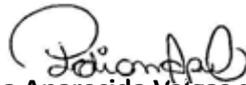
1 Aos treze dias do mês de fevereiro de 2025, às 14h, os membros da Diretoria Ampliada do Comitê
2 da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Rio das Velhas, reuniram-se ordinariamente, na sede
3 do Comitê, localizada à Rua dos Carijós, nº 244, 6º andar, Centro – Belo Horizonte/MG. **Participaram**
4 **os seguintes conselheiros:** Poliana Aparecida Valgas de Carvalho – Prefeitura de Jequitibá; Ronald
5 de Carvalho Guerra – Associação Quadrilátero das Águas (AQUA); Valter Vilela Cunha – Associação
6 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-MG). **Participaram também:** Dimas Correa,
7 Frederico Figueiredo, João Paulo Coimbra, Ohany Vasconcelos, Rúbia Mansur – Agência Peixe Vivo
8 (APV); Luiza Baggio – Comunicação CBH Velhas; Jeam Alcântara – Água e Solo Estudos e Projetos
9 Ltda. **Pauta: Item 1.** Abertura, verificação de quórum e aprovação da minuta da ata da reunião
10 realizada no dia 26 de novembro de 2024; **Item 2.** Atualizações acerca do Enquadramento de águas
11 superficiais da bacia do Rio das Velhas; **Item 3.** Tratamento de dados pessoais dos representantes
12 dos comitês de bacia hidrográfica; **Item 4.** Fundo Eletrobrás; **Item 5.** Termo de Referência para
13 contratação de consultoria especializada para realização de diagnóstico de mobilização social na
14 bacia do Rio das Velhas; **Item 6.** Planejamento da reunião plenária ordinária do dia 27 de junho de
15 2025; **Item 7.** Planejamento do Encontro de Prefeitas e Prefeitos da bacia do Rio das Velhas, a se
16 realizar no dia 10 de abril de 2025; **Item 8.** Assuntos gerais e encerramento. **Item 1.** A presidenta do
17 CBH Rio das Velhas dá início a reunião e atesta que não há quórum suficiente no momento para
18 aprovação da ata da reunião realizada no dia 26 de novembro de 2024. Dessa forma, é estabelecido
19 que o documento deve ser aprovado em uma próxima reunião. **Item 2.** Valter Vilela apresenta breve
20 histórico do processo de Enquadramento. Primeiramente, expõe que apenas os Subcomitês Jabó-
21 Baldim e o SCBH Peixe Bravo não participaram das consultas e audiências públicas do
22 Enquadramento. O estudo para o enquadramento se baseou, primeiramente, em 126 trechos,
23 previstos na Deliberação Normativa 020/1997 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)
24 e que, a partir de subsídios das reuniões, passaram-se a ser 390 trechos, sendo que 78% desses,
25 levando-se em consideração a Alternativa 1 de enquadramento, coincidem com o enquadramento
26 feito em 1997. Foram enviadas 97 contribuições nas consultas e audiência públicas, 95 nos
27 formulários feitos para os Subcomitês e 8 por e-mail; somando, assim, 200 contribuições. Explica
28 que tais subsídios foram contemplados em uma de duas alternativas de enquadramento, sendo a
29 primeira referente à situação de melhor qualidade da água expressa nas diversas manifestações
30 para os trechos considerados e a segunda, a situações de menor qualidade de água e, portanto,
31 menos exigente. João Paulo Coimbra, explica que a criação de duas alternativas diferentes foi
32 necessária à Ecoplan visto que foram muitas contribuições e que, muitas vezes, não era possível
33 alcançar um consenso entre elas. Entende que seja possível para o Comitê trabalhar entre os dois
34 extremos e exemplifica, dizendo que se um mesmo trecho for classificado como classe 1 na primeira
35 alternativa e classe 3 na segunda, já pode ser entendido que a classe 4 está fora de questão em tal
36 situação. Também expõe que a Alternativa 1 coincide com as contribuições feitas pelos Subcomitês;
37 enquanto a Alternativa 2, com os subsídios trazidos pelos Usuários. Em seguida, Valter traça um
38 paralelo entre a Meta 2034 e o processo de enquadramento, quando a Alternativa 1 de coincide
39 bastante com a proposta da Meta, uma vez que, nessa, não ocorrem trechos classificados acima da
40 classe 2. Por outro lado, na Alternativa 2, vários trechos são colocados como classe 3. Além disso,
41 explica que a Ecoplan já fez estimativas de custo para ambas as alternativas, tendo os valores ficado
42 muito próximos um do outro. João também diz que os valores estimados foram questionados e

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA AMPLIADA REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2025

43 apontados como muito baixos, sendo informado que a empresa utiliza valores parametrizados pela
44 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), comprovado por meio de análise crítica dos
45 valores para que se possa entender a metodologia utilizada. Ronald Guerra entende que a Diretoria
46 deve se atentar o fato de que, para trechos em que nenhuma contribuição foi feita, a classificação
47 utilizada pela empresa responsável é a da DN 020/1997, o que sugere uma indução ao
48 enquadramento, ao invés de uma decisão. Afinal, foi discutida a realização de uma Plenária para
49 apresentar os resultados das propostas de metas às alternativas do enquadramento e foi
50 estabelecido que ela deve ser realizada presencialmente e de forma extraordinária, para que seja
51 uma reunião de pauta única. Ohany acredita que a estrutura para realização dessa reunião se
52 encaixa em contratos já existentes da Agência Peixe Vivo, como o contrato de locação de espaço e
53 o contrato de lanche. Além disso, os representantes da Diretoria Ampliada e da APV concordam que
54 a reunião deve ser realizada em uma cidade grande e em um espaço de maior neutralidade, como
55 dentro de um campus universitário ou hotel. João Coimbra enfatiza ainda que, antes dessa etapa,
56 ainda deve haver o programa de efetivação, em que vão acontecer mais consultas públicas. **Item 3.**
57 Rúbia Mansur explica que, de forma a revisar o tratamento e ou compartilhamento de dados dos
58 conselheiros de acordo com a nova Lei Geral de Proteção de Dados, o Jurídico da Agência Peixe Vivo
59 elaborou um termo para assinatura dos conselheiros do Comitê especificando o tratamento de seus
60 dados pessoais. Diz que, sobre a questão dos sites dos Comitês, as únicas informações a serem
61 compartilhadas serão nome completo e instituição, sendo proibida a exposição do contato pessoal
62 (e-mail ou telefone, por exemplo) do conselheiro. Ohany ainda acrescenta que esse tipo de dado
63 estará disponível apenas internamente para funcionários da Agência Peixe Vivo mediante
64 autorização. O termo de consentimento para tratamento de dados pessoais é mostrado em sua
65 integridade aos membros da Diretoria e Valter solicita que o departamento Jurídico da Agência
66 elabore um documento mais sucinto para envio aos conselheiros, de cerca de uma página, para
67 simplificar a leitura e facilitar o entendimento, o que a Agência Peixe Vivo se compromete em
68 atender. **Item 4.** Rúbia relembra que a Eletrobrás passou por um processo de privatização e que há
69 uma quantia de recurso acumulada por eles que deve ser utilizada para execução de projetos. Tendo
70 em vista o interesse do CBH Rio das Velhas, Ohany realizou um levantamento de projetos do Comitê
71 que não possuem recursos para execução. Ela explica que existem projetos já elaborados ao ponto
72 de estarem prontos para execução, sendo o único imbróglcio a falta de recursos, e projetos futuros,
73 que já possuem estudos sendo desenvolvidos para sua elaboração. A gerente de integração elabora
74 que, com esse levantamento, foram aferidas quatro situações: projetos de demandas futuras,
75 projetos de demandas imediatas, estudos que gerarão projetos e, além disso, projetos defasados.
76 Ohany e Rúbia explicam que a Agência precisa de autorização do Comitê para mandar esses projetos
77 a Eletrobrás, visto que, se escolhidos para execução, eles perderão o selo do CBH; mas, de qualquer
78 modo, representarão benefícios à bacia hidrográfica. Ronald considera que os projetos não perdem
79 o selo do Comitê, uma vez que, mesmo não sendo gerenciados por ele, a gestão é feita junto ao
80 CBH e, de fato, no território da bacia. É colocado, afinal, que os membros da Diretoria concordam
81 com a candidatura dos projetos ao Fundo Eletrobrás. **Item 5.** Ohany rememora que CBH Rio das
82 Velhas possui um contrato, vigente por quase três anos, com a empresa Tanto Expresso no âmbito
83 dos serviços de mobilização. Quanto a isso, a APV observou questionamentos quanto ao serviço
84 prestado e foi conferido, além disso, que o Termo de Referência da contratação apresentou

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA AMPLIADA REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2025

85 melhorias, mas há pontos a serem refinados. Por isso, há a demanda de se construir um novo TDR,
86 porém, para isso, é necessário realizar um diagnóstico da mobilização social na Bacia Hidrográfica
87 para que os dados levantados sirvam como subsídio para construção do novo TDR. Levantou-se,
88 assim, a possibilidade de contratação de uma pessoa física para realização desse diagnóstico. Ohany
89 ainda compartilha que o TDR foi confeccionado por Jeam, representante da empresa Água e Solo,
90 que irá apresentar o documento à Diretoria e, ademais, apresenta a possibilidade de a contratação
91 em questão ser por Dispensa de Licitação, o que auxiliaria na contratação de uma pessoa com uma
92 experiência maior nas questões de mobilização na Bacia Hidrográfica. Mediante a aprovação da
93 Diretoria, o TDR será lançado pela APV. Dando continuidade, Jeam apresenta as etapas a serem
94 executadas pela contratada, sendo elas: análise documental e pesquisa de dados quantitativa e
95 qualitativa, feita por amostragem tendo como referência início, meio e final do contrato de
96 mobilização. Após a análise, acontecerá uma entrevista com a Diretoria e a coordenação da
97 CTECOM. Após a entrevista, será aberto um questionário de perguntas fechadas para os
98 conselheiros de todas as instâncias do CBH para levantamento de dados quantitativos. Logo depois,
99 serão feitas reuniões online com os grupos focais, divididos em coordenadores dos SCBHs do Alto,
100 Médio e Baixo Rio das Velhas, para estruturação de perguntas para levantamento de dados
101 qualitativos. A etapa 2, conseqüentemente, é a análise dos dados obtidos na etapa 1 para produção
102 do primeiro escopo do diagnóstico. A etapa 3, por sua vez, é a elaboração de um Plano de Ação e
103 indicadores com base no que foi diagnosticado, de forma a chegar a questões a serem melhoradas
104 no futuro e, além disso, fazer uma análise crítica da mobilização na Bacia nos últimos dez anos. Essas
105 informações serão usadas, como comentado anteriormente por Ohany, para subsidiar a confecção
106 de um novo TDR para contratação de mobilização social que leve em consideração a visão dos
107 conselheiros dos Subcomitês. Finalizada a elaboração desse documento, a contratada fará um
108 seminário devolutivo para apresentação, primeiramente, aos Subcomitês e, em seguida, à Diretoria
109 e à CTECOM, já com contribuições feitas no seminário com os SCBHs. **Item 6 e Item 7.** Tendo em
110 vista o alongamento da reunião e a insuficiência de quórum, os itens de pauta sobre a plenária
111 ordinária do dia 27 de junho de 2025 e o Encontro de Prefeitos são adiados para a próxima reunião
112 da presente instância do CBH Rio das Velhas. **Item 8.** Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a
113 presidenta do CBH Rio das Velhas atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima
114 necessária para possibilitar a participação de todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual
115 se lavrou a presente ata, que foi aprovada na reunião do dia 03 de abril de 2025.



Poliana Aparecida Vaigas de Carvalho
Presidenta do CBH rio das Velhas